

Bird e Brasil, em busca de nova fórmula para a dívida.

A. M. Pimenta Neves, correspondente em Washington.

O presidente do Banco Mundial, A.W. Clausen, disse a uma audiência de homens de negócios norte-americanos que "há algum mérito" na idéia de se prover um teto para os juros cobrados dos países devedores, e que os credores deveriam estudar um meio de adotá-la.

Segundo fontes em Washington, o presidente do Banco Central do Brasil, Afonso Celso Pastore, deverá examinar essa e outras fórmulas de atenuar o impacto do aumento dos juros sobre o serviço da dívida do País. Pastore é esperado sábado ou domingo em Washington.

Notícias provenientes de Paris, onde se reúnem desde ontem os ministros de Finanças dos 24 países membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), indicam que o Tesouro dos Estados Unidos tem uma visão otimista da dívida externa das nações do Terceiro Mundo e julga desnecessária uma nova fórmula para se lidar com o problema. Um funcionário do Tesouro chegou a dizer, há poucos dias, que mesmo um aumento adicional de dois ou três pontos percentuais sobre a taxa interbancária de Londres (libor) não constituiria obstáculo insuperável para os devedores.

Curiosamente, pouco antes de anunciar sua demissão do posto de principal assessor econômico do presidente Reagan, o economista Martin Feldstein perguntou ao ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que lhe fez uma visita, o que aconteceria se, as taxas de juros internacionais chegassem a 15%. Simonsen respondeu que isso resolveria o problema da dívida, porque

ninguém pagaria mais nada. Feldstein ficou assustado e logo depois fez um discurso propondo alguma forma de teto e capitalização dos juros. Tanto o secretário do Tesouro, Donald Regan, como o chairman do comitê de bancos que assessora o Brasil, William Rhodes, já se manifestaram contra essas idéias.

Teste

O presidente do Banco Mundial, A.W. Clausen, tocou no assunto ao responder às perguntas da audiência depois de um discurso que fez na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, quarta-feira. Clausen disse que o Banco Mundial está testando uma forma de contornar o problema do aumento dos juros, nas suas operações de cofinanciamento com os bancos privados. Os empréstimos que o Banco Mundial faz sozinho já têm juros fixos, isto é, os juros do Banco Mundial aumentam mas o aumento não afeta empréstimos já concedidos, só os futuros, ao contrário do esquema cotratado com os bancos privados.

Na nova fórmula do Banco Mundial para as operações de cofinanciamento, como os bancos privados estão envolvidos, os juros podem aumentar, mas o que se faz é estender o prazo de pagamento para que o montante das prestações não mude. Além disso, o Banco Mundial garante a parte final do compromisso dos devedores, para que as instituições privadas não corram risco adicional. Aqui não há mudanças substanciais, porque parte das operações de cofinanciamento já é garantida pelo Bird, de qualquer maneira. Um teste da nova fórmula está sendo realizado com o Paraguai, que deverá receber

um empréstimo de US\$ 35 milhões sob essas condições mais favoráveis.

Temor brasileiro

Funcionários do Banco Mundial não souberam dizer se as operações de co-financiamento projetadas para o Brasil seriam tratadas da mesma maneira. Durante alguns anos, o Brasil não encarou com entusiasmo os esquemas tradicionais de co-financiamento, por temer que simplesmente substituiriam os empréstimos mais atraentes do Banco Mundial. Mas, de uns tempos para cá, o governo parece ter mudado de opinião, talvez por perceber que esses empréstimos podem ser de fato adicionais. O Banco Mundial deseja ampliar essas operações com o Brasil e, para isso, tem contactado o comitê de assessoramento dos bancos privados liderado por William Rhodes.

Técnicos do Banco Mundial acreditam que não será fácil obter co-financiamento adicional para o Brasil no futuro próximo, devido à situação econômico-financeira do País.

Essas propostas e idéias fazem parte de um conjunto de preocupações com a elevação das taxas de juros. O ônus que representa para os devedores começa a sensibilizar até mesmo banqueiros e a Reserva Federal (o Banco Central dos Estados Unidos), a despeito da posição do Tesouro. Um novo indicio desse sentimento transpareceu nas declarações do diretor-geral da OCDE, o holandês Emile van Lennep, para quem o aumento das taxas anula boa parte dos benefícios que as nações pobres extraem da recuperação dos países industrializados.